

Terapia de Casal em Contextos de Violência Conjugal: revisão integrativa da literatura

Couple Therapy in Contexts of Intimate Partner Violence:
Integrative Literature Review

Josiane Razera, Icaro Bonamigo Gaspodini,
Eduarda Lima de Oliveira, Letícia Ferraz Neis, Denise Falcke
Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Av. Unisinos, 950, Cristo Rei, 93020-190,
São Leopoldo, RS, Brasil. josianerazera@yahoo.com.br, icarocarico@gmail.com,
dulimaoliv@gmail.com, leticiaferrazneis@gmail.com, dfalcke@unisinos.br

Resumo. A violência conjugal é um fenômeno que tem sido significativamente estudado, contudo, poucas publicações abordam as possibilidades de terapia de casal nesse contexto. Neste artigo, propõe-se uma revisão integrativa das publicações sobre o tema, entre os anos de 2011 a 2016, por meio das bases de dados ISI Web of Science, PsycARTICLES, PsycINFO, Lilacs e Medline. As buscas foram realizadas com os descritores “*intimate partner violence*” AND “*couple therapy*”. Foram analisados 16 artigos na íntegra, em que predominaram publicações nos Estados Unidos, no ano de 2014, e o principal delineamento metodológico foi a revisão teórica. Não foi constatada homogeneidade dos objetivos, visto que avaliaram desde a efetividade de terapia de casal em situações de violência conjugal, as variáveis associadas ao contexto de violência nos relacionamentos e na terapia e até as contribuições da construção teórica sobre a temática. Evidenciou-se que diferentes tipos de demandas estão associados às manifestações da violência na conjugalidade, o que limita o uso de intervenções similares para todos os casos. Ainda, existem divergências acerca do tratamento em conjunto ou separadamente, o que indica a necessidade de aprofundamento teórico como sustentação para a prática.

Palavras-chave: casamento, violência conjugal, terapia de casal, intervenção.

Abstract. Conjugal violence is a scarcely studied phenomenon, however, a few publications tackle the possibilities for couple therapy in this context. This article is an integrative literature review on publications about the theme from 2011 to 2016, through the following databases: ISI Web of Science, PsycARTICLES, PsycINFO, Lilacs, and Medline. Sixteen articles were fully analyzed. Studies were predominantly published in The United States, in 2014, and designed as literature reviews. Objectives were not homogeneous, varying from assessments on the effectiveness of couple therapy in conjugal violence and investigations on variables associated to the context of violence in intimate relationships and therapy to contributions of theoretical constructions about the theme. Results evidenced that different demands are associated to manifestations of violence in conjugality, which limits the usage of similar interventions for all cases. Divergences are still ongoing about individual or conjoint treatments, which indicates the need for theoretical developments to sustain the practice.

Keywords: marriage, conjugal violence, couple therapy, intervention.

Introdução

A violência conjugal se apresenta como um fenômeno multideterminado, que vem exigindo esforços de diversas áreas do conhecimento para sua prevenção e tratamento. Inserida no escopo da violência doméstica, que caracteriza toda a agressão que ocorre no ambiente do lar, a violência entre os membros do casal pode ocasionar danos à saúde física e mental dos envolvidos, ultrapassando este subsistema e atingindo também outros membros da família que, em muitos momentos, a testemunham (Rosa e Falcke, 2014).

A partir dos movimentos feministas, que alertaram sobre a gravidade da violência sofrida pelas mulheres no interior dos lares, a nomenclatura de violência conjugal passou a ser questionada por se entender a violência entre parceiros íntimos como tipicamente uma violência de gênero ou cujo vetor da agressão tem a mulher como alvo (Santos e Izumino, 2005). Todavia, considerando que o casamento passa pela relação entre dois indivíduos coautores da conjugalidade, especialmente para pesquisadores de abordagem sistêmica, volta-se a utilizar a expressão violência conjugal, a qual considera todo o tipo de agressão expressa no âmbito de um relacionamento de casais que coabitam (Colossi *et al.*, 2015). Na mesma linha, em inglês utiliza-se a expressão *intimate partner violence* para caracterizar os tipos de violência nos relacionamentos íntimos. Considerando que o objetivo dessa revisão de literatura é explorar estudos sobre intervenções clínicas com casais em situações de violência, optou-se por utilizar a expressão violência conjugal.

Ao explorar as características da agressão entre casais, observa-se que há diversos tipos de violência e suas características variam nessa população. Alguns tipos foram propostos pela Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) como: violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial. Tem-se observado que nos estudos predomina o interesse pela investigação das três principais tipologias, as quais mais acometem os casais, que são: violência física, que caracteriza-se como ação voluntária que provoca danos ou lesões físicas; violência psicológica, manifestada por exemplo em xingamentos, humilhações e desvalorizações; violência sexual, que se refere a qualquer ato sexual perpetrado sem o consentimento de alguma das partes.

Ainda que haja produção considerável sobre o fenômeno da violência conjugal (Olivei-

ra e Gomes, 2011; Rosa e Falcke, 2014), ainda são menores os estudos sobre as possibilidades de intervenções clínicas nesse contexto. Comumente, observam-se ações com as mulheres vítimas ou com os agressores e, em menor escala, as intervenções sistêmicas com a díade, mesmo já havendo comprovação de que elas podem ser efetivas para esses casos (Carr, 2014). A partir do século XX, estudos científicos na área de terapia de casal e família foram desenvolvidos com a finalidade de avaliar as intervenções terapêuticas existentes, pois já não bastavam intervenções apenas pautadas no bom senso. As ações precisavam ser efetivas para as soluções de conflitos conjugais (Féres-Carneiro e Diniz Neto, 2010).

Ao redor do mundo, a violência conjugal está sendo significativamente pesquisada e, cada vez mais, busca-se investigar as intervenções psicoterapêuticas e preventivas, em suas diversas modalidades, para o tratamento dessa problemática. As intervenções estudadas até o momento são preponderantemente direcionadas ao atendimento de vítimas e reabilitação dos perpetradores (Carbajosa *et al.*, 2013; Connors *et al.*, 2013). Isso ocorre, possivelmente, porque pesquisas sobre violência conjugal voltam seu olhar para a diferença entre os gêneros como um dos principais fatores desencadeadores da violência.

Nessa perspectiva de gênero, considera-se que as diferenças existentes entre masculino e feminino representam um reflexo de desigualdade social, à luz de que a mulher, em muitas situações da vida, ocupa lugares secundários ou subalternos e o homem posições de poder (Andrade e Fonseca, 2008). Na mesma direção, Vieira *et al.* (2008) contribuem acerca do tema gênero e violência, explanando que se trata de uma realidade que vai além da significação de atitudes atribuídas ao sexo masculino e feminino, atingindo outros fatores que resultam em uma condição que torna a mulher a mais atingida pela violência doméstica.

Com base na diferenciação de gêneros, a forma de intervenção para os casos apresentados costuma oferecer apoio à vítima e punição ou recuperação ao agressor (Brasil, 2006). No Brasil, com as disposições da Lei Federal nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, foi criada uma rede de serviços de atenção à mulher em situação de violência, que inclui centros de atendimento multidisciplinares, casas-abrigo, delegacias especializadas, serviços de saúde e centros de educação e reabilitação para os agressores (Brasil, 2006). Verifica-se

que uma compreensão da violência conjugal como violência de gênero remete a formas de intervenção clínica específicas para homens e mulheres e em menor escala para o casal.

Em contraponto a isso, Oliveira e Gomes (2011) destacam que as situações de violência que chegam aos centros de saúde, delegacias e serviços de assistência social são heterogêneas e demandam diferentes ferramentas de intervenção. Eles defendem o estabelecimento do maior número possível de alternativas interventivas, para possibilitar uma atenção especial à singularidade de cada caso, ao invés da busca pela melhor intervenção de maneira global.

Olhar para a violência como uma ação ou omissão que pode ocorrer de diversas formas e por diferentes motivos, permite aos pesquisadores e profissionais desenvolver práticas de intervenção flexíveis e específicas para cada caso, através de uma avaliação especializada. Porto e Bucher-Maluschke (2012) sugerem, em seus estudos sobre violência contra mulheres, que a culpabilização seja evitada, mas a corresponsabilização seja analisada em cada contexto. Ainda que se assumam a realidade da subordinação na qual as mulheres se encontram submetidas de diferentes formas, é possível ter uma visão mais ampla do fenômeno, entendendo-o como dinâmico e relacional, o qual nem sempre se refere a um agressor e a uma vítima (Falcke *et al.*, 2009). Além disso, as principais intervenções propostas até o momento, grupos de apoio às vítimas e/ou grupo de atendimento aos agressores, têm se mostrado insuficientes para uma diminuição significativa dos índices de violência, ao mesmo tempo em que se observa que, mesmo convivendo com situações de violência, muitos casais permanecem juntos por um longo período de tempo.

Atentos a essa questão, na literatura internacional são encontrados estudos que apresentam experiências clínicas com cônjuges em situação de violência. Stith *et al.* (2012) pontuam que a ocorrência de violência entre parceiros que procuram terapia de casal tem se tornado frequente, mas há discussões se este tipo de intervenção seria eficaz. Entre as preocupações relativas à condução de um processo terapêutico com casais violentos, está o receio de que os episódios de agressão se tornem mais frequentes (DeBoer *et al.*, 2012). A prática é defendida para situações em que os níveis de violência são baixos ou moderados, ressaltando que, nessa população, é importante haver

abertura para outros aspectos do relacionamento além da agressão (Simpson *et al.*, 2008; Stith *et al.*, 2004).

Por ser uma temática controversa, o referencial teórico sobre intervenções clínicas com casais com funcionamento violento ainda não alcançou abrangência substancial. O que se destaca na literatura são as várias pesquisas interventivas de caráter individual com maior enfoque no acolhimento às vítimas, em diferentes perspectivas teóricas ou intervenções com homens agressores (Carbajosa *et al.*, 2013; Connors *et al.*, 2013), sob uma perspectiva preponderantemente cognitivo-comportamental. Não foram localizados na literatura nacional estudos sobre o mapeamento de intervenções com casais em situação de violência. Por esse motivo, no presente artigo, propõe-se uma revisão integrativa das publicações sobre o tema, entre os anos 2011 a 2016, visando mapear os países de realização dos estudos, a distribuição de publicações no período investigado, os delineamentos metodológicos e instrumentos utilizados, os objetivos dos estudos e os principais resultados obtidos nas intervenções propostas.

Método

Para a execução desta revisão integrativa da literatura (Mendes *et al.*, 2008), foram realizadas buscas por artigos indexados em cinco bases de dados: *ISI Web of Science*, *PsycARTICLES*, *PsycINFO*, *Lilacs* e *Medline*. Com o objetivo de localizar artigos que investigassem intervenções com casais heterossexuais que coabitam e vivenciam violência conjugal, as buscas foram realizadas com os descritores e operador booleano indicados a seguir: “*intimate partner violence*” AND “*couple therapy*”. A escolha desses descritores se deve ao fato de que artigos científicos apresentam palavras-chave em inglês, ainda que os textos tenham sido escritos em outras línguas. Além disso, o descritor “*intimate partner violence*” é o termo mais utilizado na literatura internacional para se referir à violência conjugal.

Os critérios de inclusão foram: artigos disponíveis na internet, completos, publicados entre janeiro de 2011 a maio de 2016, que tratassem sobre intervenções clínicas com casais que vivenciam violência conjugal, independentemente do idioma. Foram excluídos livros, resenhas, teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso. Em seguida, realizou-se uma varredura dos artigos repetidos entre as bases de dados. Visando maior fidedignidade



PRISMA 2009 Flow Diagram

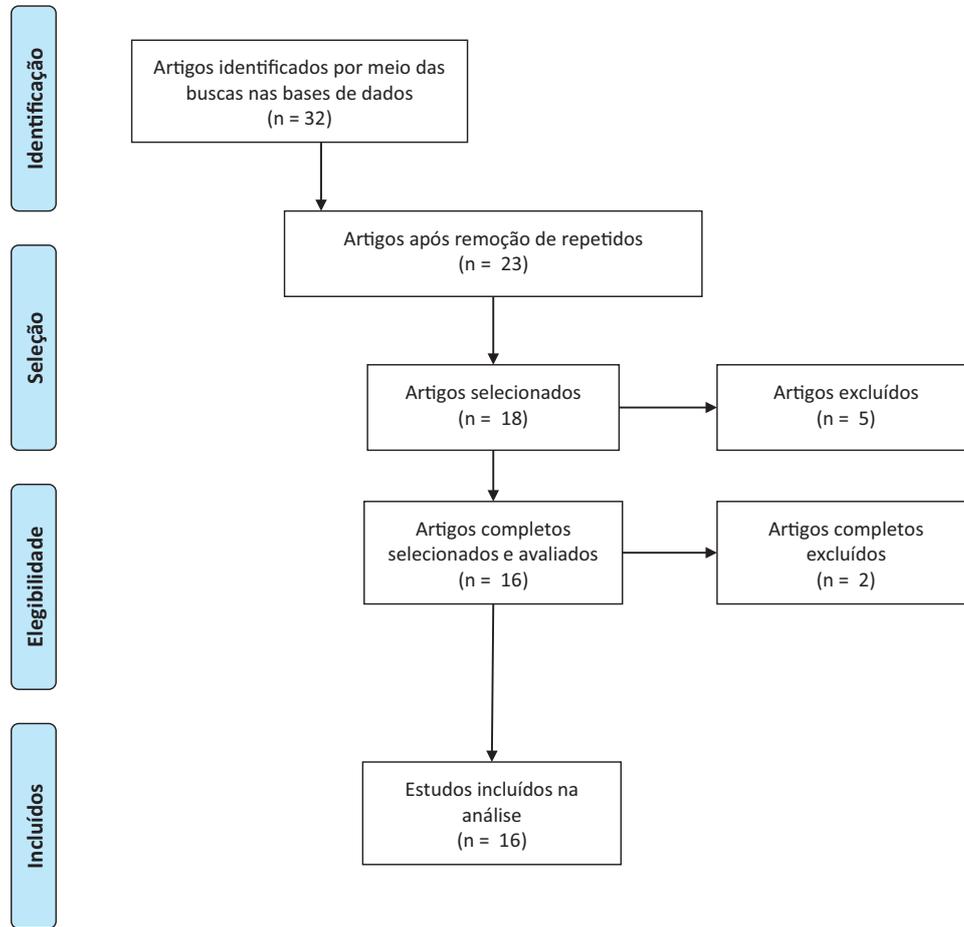


Figura 1. Fluxograma.
Figure 1. Flowchart.

dos dados, a busca foi realizada por dois avaliadores independentes, especialistas na temática avaliada. Em caso de discordância, um terceiro revisor seria consultado (Zoltowski *et al.*, 2014), contudo, isso não foi necessário. Ao todo, foram encontrados 32 artigos, sendo nove repetidos entre as bases. Além disso, dos 23 artigos restantes, cinco resumos foram considerados inelegíveis por apresentarem anos diferentes dos propostos a serem investigados. Após a leitura dos textos na íntegra, mais dois artigos foram excluídos por não apresentarem como objetivo as intervenções com casais em situações de violência, geralmente apresentando uma perspectiva de tratamento individual. Os artigos foram analisados por meio de leitura minuciosa, buscando as semelhanças e par-

ticuliaridades de cada estudo. Sendo assim, a presente revisão integrativa da literatura foi realizada com 16 artigos, conforme pode ser conferido no fluxograma apresentado na Figura 1.

Resultados e discussão

A partir da leitura dos artigos, verificou-se que a maior parte se originou nos Estados Unidos (10). A distribuição foi seguida por Espanha e Finlândia (2 estudos interpaises), Chile (1), Canadá (1), Austrália (1) e Irlanda (1). Do total, 15 foram escritos em inglês e um em espanhol. O Brasil se mostra à parte da produção de conhecimento na área, sem investigações publicadas sobre terapia de casal em contexto de violência.

Houve predomínio de publicações no ano de 2014, com cinco artigos, seguidos dos anos de 2011 com quatro e 2012 com três, 2015 foram dois e em 2013 e 2016 apenas um artigo. Verifica-se que a distribuição não foi homogênea, mas apresenta declínio nos anos de 2015 e 2016, após o auge de publicações no ano de 2014.

No que se refere aos delineamentos metodológicos, sete artigos foram de revisão de literatura ou teóricos (Antunes-Alves e De Stefano, 2013; Brown e James, 2014; Carr, 2014; Cicila *et al.*, 2014; Ibaceta, 2011; McCollum *et al.*, 2011; Stith *et al.*, 2012). Dos estudos empíricos quantitativos, cinco tinham delineamento explicativo (DeBoer *et al.*, 2012; Froerer *et al.*, 2012; Kahn *et al.*, 2015; Rowe *et al.*, 2011; Watkins *et al.*, 2015) e um delineamento exploratório (Vall *et al.*, 2015), sendo que, nesses estudos, todos os participantes eram casais heterossexuais. Considerando os estudos empíricos qualitativos, dois estudos tinham delineamento exploratório (Karakurt *et al.*, 2013; Vall *et al.*, 2014) e um foi etnográfico (Martinez *et al.*, 2011). A análise dos delineamentos sinaliza para a preponderância de reflexões teóricas sobre a temática, o que pode ser um reflexo das controvérsias conceituais sobre a possibilidade de atendimento em conjunto de agressores e vítimas, mesmo quando se considera a possibilidade de intercâmbio nessas posições (Stith *et al.*, 2012).

Dentre os estudos analisados, oito utilizaram algum tipo de instrumento para coleta de dados. A CTS2 (*Conflict Tactics Scale*), escala validada no Brasil por Moraes *et al.* (2002), foi a mais utilizada para a avaliação da violência conjugal, sendo citada em três deles. Essa escala possui 78 itens, avaliando a postura de cada um dos membros do casal por meio de cinco subescalas: violência física, agressão psicológica, coerção sexual, injúria, negociação. Constam, também, outros instrumentos como: *Dyadic Adjustment Scale* (DAS), *Brief Symptom Inventory* (BSI), *Quality of Marriage Index* (QMI), *Taylor Competitive Reaction Time Test*, *Positive and Negative Affective Schedule – Expanded Form* (PANAS), *The Multi-Dimensional Measure of Emotional Abuse* (MMEA), *Adjustment Test* (MAT), *Dialogical Investigations of Happenings of Change* (DIHC), além de vídeos e grupos focais.

Visando avaliar os objetivos dos estudos, os mesmos foram elucidados na Tabela 1. Nela, o descritor “*intimate partner violence*” encontra-se abreviado como IPV.

A avaliação da Tabela 1 permite constatar uma ampla variedade de objetivos dos estu-

dos localizados, indo desde os que visam avaliar a efetividade da terapia de casal em situações de violência conjugal, passando pelos que analisam variáveis associadas ao contexto de violência nos relacionamentos e na terapia, até os que contribuem para a construção teórica sobre a temática. Além disso, partem de avaliação do próprio casal ou também da perspectiva de terapeutas.

Com relação aos principais resultados dos artigos, a revisão revelou que ainda não existe um consenso na literatura, tampouco entre os psicoterapeutas acerca do atendimento em conjunto, quando existem situações de violência conjugal. Resultados de alguns estudos apresentam uma visão positiva sobre a realização de terapia de casal para a violência conjugal, enquanto outros apontam questionamentos e controvérsias.

Evidenciando dados favoráveis à utilização de terapia com casais violentos, pesquisadores da área referem que a terapia de casal reduz a agressão entre parceiros e também aumenta a percepção de segurança na relação, ainda que essas mudanças não estejam necessariamente correlacionadas (Kahn *et al.*, 2015). Aponta-se também que a terapia em conjunto pode ser direcionada tanto para que o perpetrador assuma a responsabilidade pela agressão quanto para auxiliar os parceiros a desenvolverem capacidades mútuas de resolução de conflitos (Antunes-Alves e De Stefano, 2013). Além disso, uma análise de discurso mostrou que tratamentos em conjunto, e não individuais, ajudam a construir um novo sentido compartilhado sobre a violência (Vall *et al.*, 2015), apropriado também para analisar e entender com maior profundidade as questões associadas à violência na conjugalidade (Vall *et al.*, 2014).

A compreensão da violência conjugal como um processo diádico foi avaliada no estudo realizado por Watkins *et al.* (2015). As análises do modelo de interdependência ator-parceiro demonstraram que emoções negativas (pré-discussão e reatividade) são preditoras da agressão por parte dos homens e a interação entre reatividade emocional e a diminuição de autocontrole são preditoras de agressão por parte das mulheres. A existência de psicopatologia foi entendida como um fator que não interfere, necessariamente, no resultado da terapia para violência conjugal (Rowe *et al.*, 2011). A compreensão da violência como um fenômeno diádico remete a necessidade de um olhar amplo acerca do fenômeno.

Tabela 1. Objetivo dos artigos.**Table 1.** Objective of articles.

Autoria	Objetivo
Vall <i>et al.</i> (2015)	Analisar questões de dominância e diálogo em uma terapia conjunta para IPV psicológica em um setting naturalístico no qual o casal buscou terapia de casal voluntariamente.
Watkins <i>et al.</i> (2015)	Examinar processos diádicos e situacionais que podem levar à perpetração de IPV, de acordo com o modelo I ³ de Finkel.
Kahn <i>et al.</i> (2015)	Examinar em que grau a terapia de casal para agressão psicológica e física branda a moderada aumenta a desconfiança geral entre os parceiros e seu conforto emocional no que se refere a encarar uma discussão para resolução de conflitos.
Antunes-Alves e De Stefano (2014)	Contribuir para o debate sobre a melhor forma de intervir em caso de IPV e seu tratamento.
Brown e James (2014)	Revisar as controvérsias que ocorrem em relacionamentos heterossexuais no contexto australiano, por meio das publicações em uma revista científica de terapia de família daquele local.
Carr (2014)	Apresentar evidências de metanálises, revisões sistemáticas e ensaios controlados sobre a efetividade da terapia de casal e família para adultos com diversos problemas de relacionamento e saúde mental, entre eles a violência conjugal.
Cicila <i>et al.</i> (2014)	Fornecer aos terapeutas de casal e família uma revisão geral das intervenções realizadas via internet, bem como fornecer sugestões para a utilização dessas intervenções, antes, durante ou depois de um tratamento face a face.
Vall <i>et al.</i> (2014)	Reportar a análise de uma terapia em conjunto para a IPV psicológica.
Karakurt <i>et al.</i> (2013)	Explorar as experiências de terapeutas de casal e família no trabalho com casais violentos, em particular as questões e sentimentos de terapeutas sobre a sua competência para avaliar e tratar a violência, bem como as dificuldades de suas práticas e os fatores que as afetam.
DeBoer <i>et al.</i> (2012)	Avaliar o recebimento subsequente de terapia de casal depois de ter sido negado tratamento por causa da IPV.
Froerer <i>et al.</i> (2012)	Investigar se terapeutas de casal e família fizeram alguma avaliação de IPV em seus clientes e avaliar se a ocorrência de uma avaliação de IPV foi prevista com base em "sinais de alerta" nos formulários de admissão preenchidos pelos clientes.
Stith <i>et al.</i> (2012)	Revisar as mudanças da literatura sobre IPV desde 2003.
Ibaceta (2011)	Postular que existem diferentes tipos de violência que exigem distintos tipos de abordagens clínicas e psicossociais.
Martinez <i>et al.</i> (2011)	Analisar os conselhos dados pelo Dr. Phil, em seu programa de TV norte-americano, pelas lentes da terapia de família feminista.
McCollum <i>et al.</i> (2011)	Revisar a literatura sobre uso de substâncias e IPV, além de descrever uma sessão de intervenção para abuso de substância baseada na entrevista motivacional, a qual tem sido incluída nos modelos de tratamento psicoterapêutico conjuntos para o tratamento da IPV.
Rowe <i>et al.</i> (2011)	Examinar a associação entre psicopatologias e IPV no que se refere à apresentação inicial e aos resultados de uma terapia de casal.

Na mesma direção, estudos evidenciam a efetividade de intervenções sistêmicas, sejam elas de casal, individuais ou parte de programas multimodais, que incluem as duas formas (Carr, 2014). Intervenções sistêmicas estão associadas à redução da incidência de violência conjugal (Stith *et al.*, 2012). Por fim, outras intervenções, através da internet, também foram consideradas uma forma promissora para disseminar tratamentos para a violência conjugal baseados em evidências, podendo ser utilizadas, antes, durante ou depois do tratamento face a face (Cicila *et al.*, 2014).

Por outro lado, existem evidências, nos estudos analisados, que questionam a utilização de terapia de casal em situações de violência conjugal. Na investigação realizada por DeBoer *et al.* (2012), ainda que, dos 55 casais investigados, um terço das mulheres tenha relatado que ter recebido terapia de casal esteve associada a melhoras na satisfação com a relação, 75% de todos os participantes relataram que a violência conjugal continuou e não houve evidência de que a terapia estivesse associada com sua redução.

Foi também constatada certa resistência tanto dos terapeutas para a investigação dos casos de violência, como dos casais para relatarem tais situações mesmo estando em tratamento (McCollum, 2011). Um estudo mostrou que os terapeutas avaliaram a presença de violência conjugal em um a cada cinco casais em psicoterapia (20 de 99), mas a avaliação ocorreu apenas se os clientes efetivamente indicavam que violência física em seus relacionamentos era uma questão frequente (Froerer *et al.*, 2012), geralmente a violência física é mais validada pelos indivíduos, muitas vezes subnotificando a presença de outros tipos de violência, como a psicológica. Os autores destacam que terapeutas têm dúvidas se devem tratar a violência como um indicador de maiores problemas sistêmicos ou como um problema em si mesmo. Por mais que se acredite que em caso de violência conjugal a terapia não deva ser conjunta, alguns terapeutas sugerem a possibilidade desse trabalho, ainda que sem uma convicção clara a respeito (Karakurt *et al.*, 2013).

Por fim, Brown e James (2014) apontam algumas controvérsias apresentadas pela literatura científica, sugerindo questionamentos para reflexão dos profissionais e estudiosos da área, sendo eles: a cultura do patriarcado é a maior causa de violência doméstica? A terapia de família sistêmica esconde a responsa-

bilidade do homem pela violência doméstica? A terapia transforma um crime em problema psicológico? Tanto homens quanto mulheres perpetram violência doméstica em igual medida? Qual o papel de um cônjuge para despertar uma atitude violenta no outro? Tais questionamentos assinalam que ainda não há um consenso da literatura sobre a dinâmica da violência conjugal e qual a melhor forma de intervir nesses casos.

O que pode se aproximar de um consenso são resultados que indicam a importância de avaliar com cautela quando a terapia de casal é ou não apropriada e como fazer a melhor forma de encaminhamento, assim como a importância de considerar que a indicação de terapia em conjunto deverá surgir após um processo rigoroso de avaliação (Ibaceta, 2011). Esse resultado destaca o que a literatura já tem evidenciado sobre a multiplicidade de expressões da violência conjugal e a necessidade de um olhar abrangente sobre o fenômeno (Colossi *et al.*, 2015; Oliveira e Gomes, 2011).

Considerações finais

Neste artigo, salientou-se a necessidade de ampliar a literatura acerca do conteúdo explorado, pois constatou-se escassez de estudos entre os anos de 2011 e 2016, destacando especialmente a ausência de investigações em contexto nacional. Foram localizadas poucas pesquisas investigativas que visassem à avaliação da terapia de casal como alternativa ao tratamento de situações de violência conjugal. Esse resultado foi considerado instigante, especialmente dado o fato de que a violência conjugal tem sido considerada um problema de saúde pública, merecendo grande investimento na avaliação das diferentes formas de intervenção relacionadas a essa questão.

Constatou-se que demandas individuais e não apenas conjugais se apresentam relacionadas às manifestações da violência na conjugalidade, o que limita o uso de intervenções similares para todos os casos. Nesse sentido, também mereceriam maior investimento as pesquisas sobre terapia de casal como forma de tratamento para as situações de violência na conjugalidade.

Os resultados apontam dissonância na literatura entre o tratamento conjunto ou separado de casais, sendo que alguns terapeutas consideram o tratamento eficaz, enquanto outros questionam ou não encontram evidências de sua aplicabilidade. Tais controvérsias

possivelmente refletem a ausência de estudos de maior abrangência que pudessem trazer informações mais precisas sobre as evidências de validade dessa modalidade de atendimento para os casos de violência conjugal.

A principal limitação deste estudo está relacionada ao número de artigos localizados, evidenciando lacuna na avaliação do fenômeno, principalmente no contexto nacional. Isso pode ter ocorrido em decorrência das terminologias utilizadas, visto que os estudos sobre violência conjugal não possuem homogeneidade nas terminologias. Desafios para futuras pesquisas encontram-se na realização de mais estudos com delineamento experimental que visem a avaliação da efetividade da terapia de casal nas situações de violência conjugal, inclusive em comparação com outras modalidades de tratamento.

Referências

- ANDRADE, C.J.M.; FONSECA, R.M.G.S. 2008. Considerações sobre violência doméstica, gênero e o trabalho das equipes de saúde da família. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, **42**(3):591-595. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342008000300025>
- ANTUNES-ALVES, S.; STEFANO, J.D. 2013. Intimate partner violence: Making the case for joint couple treatment. *The Family Journal*, **22**(1):62-68. <https://doi.org/10.1177/1066480713505056>
- BRASIL. 2006. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 28/09/2016.
- BROWN, J.; JAMES, K. 2014. Therapeutic responses to domestic violence in Australia: A history of controversies. *Australian and New Zealand Journal of Family Therapy*, **35**(2):169-184. <https://doi.org/10.1002/anzf.1053>
- CARBAJOSA, P.; BOIRA, S.; TOMÁS-ARAGONÉS, L. 2013. Difficulties, skills and therapy strategies in interventions with court-ordered batterers in Spain. *Aggression and Violent Behavior*, **18**(1):118-124. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2012.11.005>
- CARR, A. 2014. The evidence base for couple therapy, family therapy and systemic interventions for adult-focused problems. *Journal of Family Therapy*, **36**(2):158-194. <https://doi.org/10.1111/1467-6427.12033>
- CICILA, L.N.; GEORGIA, E.J.; DOSS, B.D. 2014. Incorporating internet-based interventions into couple therapy: Available resources and recommended uses. *Australian and New Zealand Journal of Family Therapy*, **35**(4):414-430. <https://doi.org/10.1002/anzf.1077>
- COLOSSI, P.M.; RAZERA, J.; HAACK, K.R.; FALCKE, D. 2015. Violência conjugal: Prevalência e fatores associados. *Contextos Clínicos*, **8**(1):55-66. <https://doi.org/10.4013/ctc.2015.81.06>
- CONNORS, A.D.; MILLS, J.F.; GRAY, A.L. 2013. Intimate partner violence intervention for high-risk offenders. *Psychological Services*, **10**(1):12-23. <https://doi.org/10.1037/a0028979>
- DEBOER, K.M.; ROWE, L.S.; FROUSAKIS, N.N.; DIMIDJIAN, S.; CHRISTENSEN, A. 2012. Couples excluded from a therapy trial due to intimate partner violence: Subsequent treatment-seeking and occurrence of IPV. *Psychology of Violence*, **2**(1):28-39. <https://doi.org/10.1037/a0026175>
- FALCKE, D.; OLIVEIRA, D.Z.; ROSA, L.W.; BENTANCUR, M. 2009. Violência conjugal: Um fenômeno interacional. *Contextos Clínicos*, **2**(2):81-90. <https://doi.org/10.4013/ctc.2009.22.02>
- FÉRES-CARNEIRO, T.; DINIZ NETO, O. 2010. Construção e dissolução da conjugalidade: Padrões relacionais. *Paidéia*, **20**(46):269-278. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000200014>
- FROERER, A.S.; LUCAS, B.M.; BROWN, T.B. 2012. Current practices of intimate partner violence assessment among marriage and family therapy trainees at a university clinic. *Journal of Couple & Relationship Therapy*, **11**(1):16-32. <https://doi.org/10.1080/15332691.2012.639702>
- IBACETA, F. 2011. Violencia en la pareja: ¿Es posible la terapia conjunta? *Terapia Psicológica*, **29**(1):117-125. <https://doi.org/10.4067/S0718-48082011000100012>
- KAHN, S.V.; EPSTEIN, N.B.; KIVLIGHAN, D.M. 2015. Couple therapy for partner aggression: Effects on individual and relational well-being. *Journal of Couple & Relationship Therapy*, **14**(2):95-115. <https://doi.org/10.1080/15332691.2014.966879>
- KARAKURT, G.; DIAL, S.; KORKOW, H.; MANSFIELD, T.; BANFORD, A. 2013. Experiences of marriage and family therapists working with intimate partner violence. *Journal of Family Psychotherapy*, **24**(1):1-16. <https://doi.org/10.1080/08975353.2013.762864>
- MARTINEZ, S.B.; ZIMMERMAN, T.S.; MATHESSON, J.; BANNING, J. 2011. An analysis of Dr. Phil's advice about relationships. *Journal of Couple & Relationship Therapy*, **10**(1):53-68. <https://doi.org/10.1080/15332691.2011.539174>
- MCCOLLUM, E.E.; STITH, S.M.; MILLER, M.S.; RATCLIFFE, G.C. 2011. Including a brief substance-abuse motivational intervention in a couples treatment program for intimate partner violence. *Journal of Family Psychotherapy*, **22**(3):216-231. <https://doi.org/10.1080/08975353.2011.602618>
- MENDES, K.D.S.; SILVEIRA, R.C.C.P.; GALVÃO, C.M. 2008. Revisão integrativa: Método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, **17**(4):758-764. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>
- MORAES, C.L.; HASSELMAN, M.H.; REICHENHEIM, M.E. 2002. Adaptação transcultural para o português do instrumento Revised Conflict Tactics Scales (CTS2) utilizado para identificar violência entre casais. *Cadernos de Saúde Pública*, **18**(1):163-176. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000100017>

- OLIVEIRA, K.L.C.; GOMES, R. 2011. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. *Ciência e Saúde Coletiva*, **16**(5):2401-2413. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000500009>
- PORTO, M.; BUCHER-MALUSCHKE, J.S.N.F. 2012. Atendimento psicológico e a secretaria de políticas para as mulheres. *Psicologia & Sociedade*, **24**(3):567-576. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300010>
- ROSA, L.W. DA, FALCKE, D. 2014. Violência conjugal: Compreendendo o fenômeno. *Revista da SPAGESP*, **15**(1):17-32.
- ROWE, L.S.; DOSS, B.D.; HSUEH, A.C.; LIBET, J.; MITCHELL, A.E. 2011. Coexisting difficulties and couple therapy outcomes: Psychopathology and intimate partner violence. *Journal of Family Psychology*, **25**(3):455-458. <https://doi.org/10.1037/a0023696>
- SANTOS, C.M; IZUMINO, W.P. 2005. Violência contra as mulheres e violência de gênero: Notas sobre estudos feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, **16**(1):148-164.
- SIMPSON, L.E.; ATKINS, D.C.; GATTIS, K.S.; CHRISTENSEN, A. 2008. Low-level relationship aggression and couple therapy outcomes. *Journal of Family Psychology*, **22**(1):102-111. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.22.1.102>
- STITH, S.M.; MCCOLLUM, E.E.; AMANOR-BOADU, Y.; SMITH, D. 2012. Systemic perspectives on intimate partner violence treatment. *Journal of Marital and Family Therapy*, **38**(1):220-240. <https://doi.org/10.1111/j.1752-0606.2011.00245.x>
- STITH, S.M.; ROSEN, H.; MCCOLLUM, E.E.; THOMSEN, C.J. 2004. Treating intimate partner violence within intact couple relationships: Outcomes of multi-couple versus individual couple therapy. *Journal of Marital and Family Therapy*, **30**(3):305-318. <https://doi.org/10.1111/j.1752-0606.2004.tb01242.x>
- VALL, B.; SEIKKULA, J.; LAITILA, A.; HOLMA, J. 2015. Dominance and dialogue in couple therapy for psychological intimate partner violence. *Contemporary Family Therapy*, **38**(2):223-232. <https://doi.org/10.1007/s10591-015-9367-1>
- VALL, B.; SEIKKULA, J.; LAITILA, A.; HOLMA, J.; BOTELLA, L. 2014. Increasing responsibility, safety, and trust through a dialogical approach: A case study in couple therapy for psychological abusive behavior. *Journal of Family Psychotherapy*, **25**(4):275-299. <https://doi.org/10.1080/08975353.2014.977672>
- VIEIRA, L.J.E.S.; PORDEUS, A.M.J.; FERREIRA, R.C.; MOREIRA, D.P.; MAIA, P.B.; SAVIOLLI, K.C. 2008. Fatores de risco para violência contra a mulher no contexto doméstico e coletivo. *Saúde e Sociedade*, **17**(3):113-125. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902008000300012>
- WATKINS, L.E.; DILILLO, D.; HOFFMAN, L.; TEMPLIN, J. 2015. Do self-control depletion and negative emotion contribute to intimate partner aggression? A lab-based study. *Psychology of Violence*, **5**(1):35-45. <https://doi.org/10.1037/a0033955>
- ZOLTOWSKI, A.P.C.; COSTA, A.B.; TEIXEIRA, M.A.P.; KOLLER, S.H. 2014. Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, **30**(1):97-104. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000100012>

Submetido: 30/09/2016

Aceito: 02/06/2017